

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Estudo Técnico Preliminar 124/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23091.012763/2025-21

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP tem como objetivo o planejamento da contratação de uma empresa especializada para execução da “Reforma e Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do Prédio Administrativo I”, a ser realizada no Campus Central da Ufersa em Mossoró (RN).

As mudanças da legislação de segurança contra incêndio ao longo dos anos requerem edificações com projetos elaborados anteriormente a estas, e não regularizados junto ao corpo de bombeiros, a necessidade de adequação. Edificações antigas onde na época de sua construção não havia previsão de sistemas de combate a incêndio nos moldes atuais também são alvos dessas adequações.

É com o intuito de adequar as instalações e sistemas de combate a incêndio das diversas edificações da universidade que se faz necessário a contratação de empresa para execução dos referidos serviços.

A melhoria das condições de segurança dos usuários e do acervo patrimonial da universidade é ponto crucial das adequações. As IT – Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte na versão de 2022, o Código Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CESIP) do Estado do Rio Grande do Norte, Lei 601 /2017, e a Portaria-SEI No 210, de 26 de abril de 2022, estabelecem essas alterações em relação a projetos e obras anteriores.

A Ufersa assinou um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) com prazo de 6 meses para entregar o sistema pronto do prédio Administrativo I, localizado no Campus leste da Ufersa Mossoró.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS	RAFAELY ANGELICA FONSECA BANDEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O requisito temporal e o regime de execução da contratação estarão amplamente descritos e justificados no Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (TJTR).

A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica** apresentando a documentação abaixo, que será devidamente detalha por ocasião do Termo de Referência (TR):

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade;
- Comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, de engenheiro civil ou arquiteto, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.
 - a. A comprovação da capacitação técnico-profissional, se dará mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço de engenharia, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços, que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.
 - b. A vinculação ao quadro permanente da empresa, para fins deste certame, será contemplada pelo sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou que conste o seu registro, como integrante do quadro técnico, na Certidão de Registro e Quitação da empresa, emitida pelo CREA ou CAU; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o proponente, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o proponente seja efetivamente contratado.
 - c. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição, nos termos do art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - a. os itens que forem exigidos atestados deverão possuir valor individual superior a 4% (quatro, por cento) do valor total estimado da contratação, isto é, fazerem parte da parcela de maior relevância técnica ou valor significativo da obra, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- **Consórcio:** Não será permitido. Tendo em vista que o objeto da licitação não apresenta complexidade ou magnitude que justifiquem a formação de um consórcio.
- **Garantia dos serviços:** 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.
- **Garantia contratual:** será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- **Subcontratação:** a subcontratação ficará limitada as parcelas discriminadas no TJTR e TR da contratação.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Serão os parâmetros mínimos a serem obedecidos para a perfeita execução da obra, quando aplicáveis:

- a. As Normas Brasileiras (NBRs) vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, em sua falta, as normas de organismos internacionais equivalentes;
- b. Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis;
- c. Instruções normativas, resoluções, procedimentos e orientações técnicas de organismos reguladores, nacionais e internacionais (na falta do primeiro), agências reguladoras e concessionárias de serviço público dos Municípios, Estado e/ou União;
- d. Os casos omissos da legislação técnica serão definidos pela fiscalização, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os projetos em questão e de acordo com as normas vigentes nacionais ou internacionais, e as melhores técnicas preconizadas para o assunto na literatura consagrada.

Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, observando, no que for cabível:

- a. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nas obras;
- h. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Observado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Contratada deverá considerar, durante a execução da obra, medidas para a minimizar a geração de resíduos e prever sua destinação ambiental adequada em Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), em consonância com as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

Não se vislumbra a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, como sua obrigação.

Os direitos patrimoniais relativos aos projetos elaborados, quando for o caso, deverão ser transferidos à Administração, conforme previsto no art. 93, da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

Trata-se de obra, com Projetos Executivos e demais serviços de engenharia necessários para execução do empreendimento. Não se vislumbra no mercado outra solução que não seja a contratação de empresa especializada em engenharia.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução Reforma e Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do Prédio Administrativo I, no campus central da UFERSA, em Mossoró/RN. O escopo da obra, conforme previsto no projeto executivo e planilhas orçamentárias, compreende, entre outros: a) serviços preliminares, tais como mobilização, escavações, entre outros; b) ajustes nas instalações existentes; c) instalações de tubulações e conexões de incêndio; d) instalações de bombas e outros dispositivos; e) instalações elétricas pertinentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Por se tratar de obra de engenharia, as quantidades de todos os serviços a serem contratados constará das planilhas orçamentárias, que serão anexas ao Edital.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 117.597,30

O valor estimado da contratação é de **R\$ 117.597,30 (cento e dezessete mil e quinhentos e noventa e sete reais e trinta centavos)**, conforme planilhas orçamentárias, que serão anexas ao Edital.

Pelo fato de que os serviços que se pretende contratar estão caracterizados como obra, o orçamento dos serviços deverá ser elaborado com base no que dispõe o Decreto nº 7.983/2013, de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 91/2022.

Conforme art. 3º do Decreto nº 7.983/2013, o custo global de referência de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido, preferencialmente, a partir das composições dos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil - SINAPI.

Para os custos de serviços não contemplados no SINAPI, pode-se proceder a realização de consulta em outras fontes conforme a ordem prioritária elencada na tabela a seguir, adaptada de Mendes (2013)¹.

Prioridade	Fonte de referência	Exemplos
1º	Sistemas oficiais de custos federais	SINAPI, SICRO.
2º	Outros sistemas federais	Codevasf.
3º	Sistemas estaduais ou municipais	Caern, Seinfra/CE, Orse/SE.
4º	Sistemas e tabelas privados	Pini, SBC.
5º	Cotações de mercado	Lojas on-line, lojas físicas.

[1] MENDES, André. Aspectos Polêmicos de Licitações e Contratos de Obras Públicas, 1º Ed. PINI. São Paulo, 2013.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento da contratação por não se vislumbrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, conforme preceito contido no art. 47, II da Lei nº 14.133/2021.

Devido ao impacto e abrangência da obra a ser executada na edificação, não é recomendável seu parcelamento, sendo melhor estrategicamente executá-la através de única contratação, por se tratar de obra de engenharia, onde os serviços previstos guardam relações de interdependência entre si.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações que sofrerão interferência pela presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A execução da Reforma e Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do Prédio Administrativo I da UFERSA, está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição, para o período de 2021 a 2025.

A presente contratação se encontra no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como benefícios esperados da contratação, lista-se, entre outros:

- Prover adequadas condições de segurança contra incêndio para o prédio Administrativo I;
- Atender as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte.

13. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas pela Administração, consiste na realização de todos os atos administrativos que estão relacionadas diretamente à contratação /acompanhamento da execução da obra, podendo-se destacar:

- a. Formalização da contratação;
- b. expedir a Ordem de Serviço, para início da obra;
- c. designar os gestores e fiscais do contrato;
- d. fiscalizar a execução do contrato, para atendimento dos projetos e requisitos de qualidade;
- e. prever no orçamento da universidade os impactos decorrentes da presente contratação em contratos de custeio, qual seja a manutenção periódica das instalações e dispositivos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais negativos e as medidas mitigadoras são listadas e detalhadas no Estudo de Viabilidade Técnica, Ambiental e Econômica – EVTEA, em anexo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em face de todo o exposto, esta Equipe de Planejamento conclui pela **viabilidade** da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAELY ANGELICA FONSECA BANDEIRA

Membro da comissão de contratação

CLEYTON KLEBER DANTAS ALBERTO

Membro da comissão de contratação

EMANUEL CARVALHO REBOUCAS

Membro da comissão de contratação

CELIO INACIO ALVES LOPES JUNIOR

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 11:58:23.

JOCIGLEUSON ALVES DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/10/2025 às 13:33:18.